

## **PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO BANHADO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP**

Área temática: Gestão Ambiental e Sustentabilidade

**Marcelo Rebouças de Assis**  
[ubaclin@yahoo.com.br](mailto:ubaclin@yahoo.com.br)

***Resumo:** O planejamento e a estruturação do espaço urbano e regional busca juntamente com o desenvolvimento de políticas públicas compreender a verdadeira dinâmica das cidades. O objetivo deste estudo é levantar as características socioambientais da região do Banhado, a fim de possibilitar um planejamento urbano e regional mais eficiente e que contemple os princípios do desenvolvimento sustentável. Diante das características que compõem a região do Banhado e do município ao qual faz parte, ao mesmo tempo em que precisa atender as demandas do avanço tecnológico e industrial, torna-se fundamental respeitar o equilíbrio urbano e ambiental de suas paisagens e características interioranas e suas áreas verdes.*

***Palavras-chaves:** Planejamento, Espaço Urbano, Banhado, Desenvolvimento Sustentável.*

## **1 INTRODUÇÃO**

No debate atual, o planejamento e a estruturação do espaço urbano e regional busca juntamente com o desenvolvimento de políticas públicas compreender a verdadeira dinâmica das cidades, identificando características, sociais, econômicas e ambientais, a fim de possibilitar o crescimento das mesmas e seus habitantes, sendo possível respeitar o meio ambiente, de modo a promover estratégias que visam reduzir o impacto desta transformação nas áreas verdes.

Em formato de concha, o Banhado é uma região contígua ao centro urbano de São José dos Campos, apresentando uma área de 4,32 milhões de metros quadrados. É constituída por um anfiteatro que se amplia após o declive abrupto sobre a várzea, caracterizando uma extensa planície até o Rio Paraíba do Sul. É considerado um cenário único que participa da paisagem urbana local.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é levantar as características socioambientais da região do Banhado, a fim de possibilitar um planejamento urbano e regional mais eficiente e que contemple os princípios do desenvolvimento sustentável.

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, que possui o objetivo de ampliar a visão do autor no desenvolvimento do trabalho científico, sendo possível alcançar os objetivos desejados a partir da coleta de referenciais teóricos em obras que tratam da temática proposta neste estudo.

Para a coleta de dados, foram utilizados livros, artigos científicos de bases de dados reconhecidas e periódicos que abordam o assunto, proporcionando o conhecimento aprofundado necessário para a conclusão deste estudo.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A escolha de políticas públicas torna-se responsabilidade do Poder Executivo, a partir do juízo de conveniência e oportunidade, onde é fundamental considerar as necessidades prioritárias da população, bem como dos recursos orçamentários. Cabe citar que isto não viola a separação dos poderes referentes à interferência do Estado cuja finalidade é efetivar os direitos fundamentais.

Com relação às políticas públicas habitacionais, Arretche e Rodriguez (2002) afirma que foi apenas a partir de 1987 que foram implementadas melhorias significativas no desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes, ocorrendo a transferência de responsabilidades do setor entre distintos ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU), criado em 1985, que posteriormente em 1987 foi substituído pelo Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU). Até 1989, inúmeros ministérios foram criados prejudicando e desestruturando o potencial de intervenção do Estado em possibilitar o desenvolvimento da população.

A retomada das ações habitacionais em caráter nacional só voltou a ocorrer no governo de FHC, com a retomada de financiamento de habitação e saneamento básico com recurso do FGTS, criando programas específicos para o setor privado como a Carta de Crédito Individual e associativa, e para o setor público visando a urbanização de assentamentos precários que durou até 1988, quando foram impostas restrições ao financiamento do setor público (OLIVEIRA, 2011, p. 16-17).

De modo geral, considera-se que a realidade brasileira valorizou ao longo do tempo áreas centrais das cidades, que recebiam melhor tratamento urbanístico, onde apenas cidadãos com melhores condições poderiam adquirir algum imóvel. Neste contexto, o objetivo das Políticas Públicas de Habitação seria de possibilitar a inclusão social a todos os seus cidadãos, aumentando as oportunidades para obter melhorias significativas proporcionando a população menos favorecida o direito a moradia digna (HOLZ; MONTEIRO, 2008).

As políticas públicas de planejamento e estruturação urbana permanecem destinadas ao financiamento de projetos que atendam a coletividade e o interesse social, abrangendo as áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

Os centros urbanos, atualmente, se encontram incluídos em um processo de transformação que engloba questões econômicas, políticas, sociais e ambientais, gerando atividades produtivas a toda a população das cidades. Essas atividades produtivas alavancam o crescimento da população e o consumo dos recursos naturais existentes nos centros urbanos,

influenciando diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, já que os centros urbanos não são autossustentáveis e consomem recursos naturais, seminaturais e agrários.

Conforme relata Zangalli Jr (2013) o espaço urbano é constituído por fragmentos que permanecem articulados por fluxos de pessoas, informações, recursos, bens, valores e outros fatores que influenciam no desenvolvimento das cidades e conseqüentemente na ocupação do solo urbano. O autor enfatiza que o modo de produção capitalista das cidades fez com que as estruturas físicas dos bairros se expandissem de forma padronizada e os métodos de socialização como prédios, ruas, avenidas, colaborassem para o aumento do impacto na natureza a fim de transformar as áreas verdes em locais de circulação da população, fragmentando cada vez mais os espaços destinados à natureza em geral.

Pereira et al (2012) colocam o espaço urbano como condição de desenvolvimento que para ser considerado legítimo deve permanecer permeado pelo caráter multidimensional da sociedade. Isto demonstra que o desenvolvimento só alcançara sua efetividade quando conseguir concretizar e operacionalizar o espaço social de modo dinâmico, permitindo que os cidadãos possam crescer em conjunto, valorizando os interesses coletivos, combatendo as concepções individuais e de poder; e, sobretudo preservando o meio ambiente e seus recursos naturais.

Segundo Duchrow (2004) o planejamento difere-se do urbanismo, pois enquanto o urbanismo permanece dedicado a desenvolver projetos arquitetônicos para os espaços urbanos, o planejamento busca compreender as relações sociais que se estabelecem no meio urbano, a partir de suas dimensões econômicas e políticas. Para este autor, embora durante muitos anos o planejamento tenha sido mantido como um instrumento para solucionar os conflitos urbanos através de intervenções físicas e territoriais, atualmente o processo de planejar se tornou indispensável para melhorar a dinâmica urbana de modo que se obtenha a eficiência no aproveitamento do espaço urbano.

Os aspectos ambientais que asseguram o alcance da sustentabilidade é consequência dos desafios impostos pelo desenvolvimento econômico e social juntamente com o uso indiscriminado dos recursos naturais. De acordo com Pavezzi Netto e Silva (2011, p. 12) “baseando-se na configuração atual da sociedade humana, o estágio de clímax nesse ecossistema está sujeito aos interesses antrópicos”. Os autores relatam que nos ecossistemas naturais a manutenção da biodiversidade é bastante complexa, pois envolvem teias

alimentares relacionadas com o equilíbrio entre a produção e o consumo de energia, favorecendo a minimização de mudanças ambientais por fatores bióticos.

Diante disso, constata-se que nos ecossistemas urbanos há a carência de planejamento responsável por controlar o desequilíbrio ambiental, exigindo o desenvolvimento de ações e comportamentos que visam preservar os recursos naturais, bem como a demanda energética com relação ao consumo humano. Neste ponto, sabe-se que as mudanças ambientais por elementos bióticos e a manutenção da biodiversidade é obtida de modo a assegurar o bem-estar dos cidadãos.

As práticas realizadas no planejamento urbano e seus empreendimentos, agregam apenas um conjunto simbólico ambiental, não indo de encontro à articulação da sociedade e natureza, resumindo-se apenas em diferenciais inseridos no mercado de competitividade cada vez mais acirrado. O atendimento das diretrizes que rondam o protecionismo ambiental das legislações não surge para proteger o meio ambiente em primeira instância, mas para satisfazer a lógica consumerista e garantir com que gerações futuras possam ser ainda beneficiadas.

Bickel (2013, p. 26) afirma que:

[...] o setor da construção civil incrementa o resultado global da produtividade econômica do país, elevando o produto interno bruto, ao diversificar as operações produtivas e de investimentos Financeiros. Essa atuação garante a geração de benefícios econômicos diretos, indiretos e futuros para proprietários e investidores, os quais estão relacionados como agentes da produção propriamente dita, incorporação, mercado de crédito imobiliário e de títulos financeiros. Nesse contexto socioeconômico, concepções utilitaristas e economicistas, muito presentes e reforçadas na atualidade socioproductiva do setor da construção civil, favorecem a intensificação da segregação econômica e socioespacial.

Segundo Rattner (2009) infelizmente, o Estado perdeu o monopólio e se encontra a mercê dos processos desestruturadores, não exercendo sua função de organizador do espaço urbano, fazendo com que o conceito de sustentabilidade seja reduzido ao sentido do

“ecologicamente correto”, bem como do “economicamente viável”, priorizando o desenvolvimento das metrópoles. Diante disso, compreende-se que a sustentabilidade só poderá ser alcançada quando houver o esgotamento do paradigma capitalista em razão da integração entre os espaços urbanos, cidadãos, economia e meio ambiente.

Yunes e Juliano (2010) relatam que a sustentabilidade se relaciona com os preceitos de Educação Ambiental e Bioecologia do desenvolvimento humano, pois priorizam a construção de um novo paradigma de relações entre os cidadãos, possibilitando transformações nos processos de produção e socialização. Contudo, isto envolve a formação de pessoas que buscam enfrentar a exploração dos recursos naturais crescentes e a degradação da humanidade e de seu espaço de convívio.

No contexto do desenvolvimento sustentável, o conceito transcende a sustentabilidade ambiental, para abraçar a sustentabilidade econômica e social, que enfatiza a adição de valor à qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades (MMA, 2015). Teoricamente, segundo o discurso institucional, a sustentabilidade assumiu um lugar na área da construção, tendo em conta seu papel organizador no espaço geográfico urbano. O conceito diz respeito à criação de modelos de construção civil para enfrentamento dos problemas ambientais desta época, sem ter que renunciar a tecnologias ou conforto de aquisições que atendam às necessidades e desejos dos clientes.

Ao abordar sobre as dimensões da sustentabilidade, Mendes (2009) afirma que a marcha do desenvolvimento sustentável se mantém a um ritmo acelerado atualmente no aspecto econômico e social, sendo possível desenvolver projetos eficientes e que respeitem os valores ambientais. No entanto, o autor ainda relata que esse enfoque não garante a sustentabilidade, já que nem sempre estes projetos respeitam as particularidades locais e outras dimensões que proporcionam o desenvolvimento. Isto engloba não apenas explicações teóricas, mas, sobretudo aplicações práticas, envolvendo todos os recursos utilizados e seus custos. O ritmo depende, pois, da relação custo-lucro, e não da relação preservação-sustentabilidade.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Antigamente, a região do Banhado era composta por vasta vegetação nativa. Infelizmente, na década de 30, enfrentou um processo de desmatamento originado a partir da venda de madeiras que foram usadas na construção da Estrada de Ferro central do Brasil, sofrendo também com as organizações capitalistas que visavam a especulação imobiliária.

Para combater o desmatamento, no ano de 1939, o prefeito da época, Francisco José Longo, iniciou um projeto de organização urbana, cujo intuito principal era preservar a região nativa, desapropriando o lado direito da Avenida São José, para que os habitantes pudessem se beneficiar da bela vista que ali existe.



**Figura 1** – Avenida São José e orla do Banhado na região Central

**Fonte:** Costa (2007)

Conforme os dados disponibilizados pela prefeitura de São José dos Campos:

O processo de industrialização fez com que São José experimentasse intenso crescimento demográfico, que acelerou a urbanização e causou problemas, como a ocupação irregular de áreas urbanas e rurais. No final dos anos 80, o

município passou por uma grave crise na economia, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, com a queda da arrecadação e diminuição dos investimentos nos setores público e privado (SÃO JOSÉ EM DADOS, 2012, p. 13).

Na década seguinte, São José dos Campos pode obter a estabilidade, voltando a receber investimentos significativos para alavancar o crescimento econômico. Dessa forma, ao longo do tempo, visando estabelecer determinada disciplina no processo de ocupação dos espaços urbanos, e garantir toda a potencialidade turística fruto de suas próprias riquezas naturais.

Neste contexto, o Banhado se tornou área de proteção ambiental em 1984, a partir da criação da Lei Municipal 2.792. No ano de 2002, foi sancionada a Lei Estadual nº 11.262, com o objetivo de criar a APA de São Francisco, bem como a Área Estadual de Proteção Ambiental do Banhado e do Jaguari, abrangendo também a região dos terrenos da área de proteção ambiental IV.

Cabe citar que as legislações direcionadas para estas regiões buscam assegurar a proteção ambiental das mesmas, estabelecendo restrições de uso e de ocupação, mantendo com isso, o equilíbrio paisagístico e histórico do principal cartão postal da cidade.

Isto é fundamental, pois o Banhado possui uma função ambiental que impacta positivamente direta e indiretamente toda a cidade, já que proporciona um clima agradável, recebe variada vida silvestre, atua como reserva da biodiversidade, além de funções socioculturais. Portanto, é considerado um patrimônio ambiental de imensurável valor para todos os seres vivos.

Em junho de 2012, a partir da instituição da Lei nº 8.756, foi dado início para a criação do Parque Natural Municipal do Banhado, transformando a região em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, seguindo os critérios e diretrizes para sua implantação e gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A criação dessa Unidade de Conservação de Proteção Integral possibilita a manutenção da flora e fauna local; formação de um corredor ecológico junto





ao centro urbano de São José dos Campos; melhoria das condições climáticas locais; desenvolvimento e manutenção de recursos fitogenéticos; desenvolvimento de pesquisas ambientais e formação de espaços condizentes à realização de atividades de educação ambiental (SÃO JOSÉ EM DADOS, 2012, p. 47).

É preciso enfatizar que São José dos Campos é um polo tecnológico, cuja localização privilegiada entre São Paulo e Rio de Janeiro, seja alvo de crescentes investimentos por grandes organizações e alvo de pesquisas importantes para o desenvolvimento social e econômico. Uma vez que o município abriga grandes indústrias do setor aeroespacial, telecomunicação e automotivo, precisa atender uma dinâmica complexa de crescimento urbano.

## CONCLUSÃO

Diante desta temática, há que se considerar que o planejamento e a estruturação do espaço urbano e regional consideram não apenas a cidade e suas transformações constantes, mas também a dinâmica socioambiental do espaço, uma vez que o meio ambiente se torna indispensável para a vivência do espaço urbano e dos seres que o habitam.

Com base nas características que compõem a região do Banhado e do município ao qual faz parte, ao mesmo tempo em que precisa atender as demandas do avanço tecnológico e industrial, torna-se fundamental respeitar o equilíbrio urbano e ambiental de suas paisagens e características interioranas e suas áreas verdes.

Torna-se fundamental ainda a criação de políticas públicas contínuas, apoiadas em legislações que buscam o fortalecimento e a promoção do planejamento e estruturação do espaço urbano e regional de São José dos Campos, possibilitando o crescimento industrial, desenvolvimento socioeconômico e proteção ambiental, uma vez que esta região é composta por áreas verdes constituídas de vegetação nativa e vida silvestre que precisam ser preservadas.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M; RODRIGUEZ, V. **Descentralização das Políticas Sociais no Estado de São Paulo**. São Paulo: FUNDAP/FAPES; Brasília: IPEA, 1998.

BICKEL, J. L. **A produção associada autogestionária na construção civil como estratégia para a integração do sistema da economia social na autogestão territorial**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.15, n.2, 2013. Disponível em: <[http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20140529114610MIOLO\\_ANPUR\\_v15\\_n2.pdf](http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20140529114610MIOLO_ANPUR_v15_n2.pdf)> Acesso em: 16 de mar. 2016

COSTA, P. E. O. **Legislação urbanística e crescimento urbano em São José dos Campos** (2007) Disponível em: <[file:///D:/Downloads/Monografia\\_Mestrado\\_FAU\\_SEMI\\_FINAL\\_2.pdf](file:///D:/Downloads/Monografia_Mestrado_FAU_SEMI_FINAL_2.pdf)> Acesso em: 18 de mar. 2016

DUCHROW, Alina D'Alva. **Participação social no planejamento gestão urbano: o orçamento participativo de Olinda**. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) UFCE – Fortaleza/CE, 2004.

HOLZ, S; MONTEIRO, T. V. A. **Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil**. In: **X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 26-30 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>> Acesso em: 18 de mar. 2016

MMA. **Construção Sustentável** (2015) Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/constru%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel>> Acesso em: 18 de mar. 2016

OLIVEIRA, C. T. T. **A implementação de políticas públicas habitacionais:** o caso do programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) no Rio Grande do Sul (2011) Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37303/000820331.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18 de mar. 2016

PAVEZZI NETTO, M; SILVA, R. S. **Ecosistemas urbanos:** potencialidades da ecologia urbana no desenvolvimento de cidades sustentáveis. IX Encontro Nacional da Ecoeco Outubro de 2011, Brasília - DF – Brasil.

PEREIRA, Deborah Marques. et al. **Zoneamento urbano e desenvolvimento:** considerações sobre a cidade de Montes Claros/MG. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT10%20Estudos%20do%20desenvolvimento/ZONEAMENTO%20URBANO%20E%20DESENVOLVIMENTO%20-%20Trabalho%20completo.pdf>> Acesso em: 11 de mar. 2016

RATTNER, H. Prefácio. In: ACSELRAD, H. **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SÃO JOSÉ EM DADOS. **Informações sobre a cidade de São José dos Campos** (2012) Disponível em: <[https://www.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojosemdados4\\_fev.pdf](https://www.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojosemdados4_fev.pdf)> Acesso em: 17 de mar. 2016

YUNES, M. A. M; JULIANO, M. C. A Bioecologia do Desenvolvimento Humano e suas Interfaces com Educação Ambiental. **Cadernos de Educação**, V. 37: PP. 347 - 379, setembro/dezembro, 2010.

ZANGALLI JR, P. C. Sustentabilidade urbana e as certificações ambientais na construção civil. **Soc. & Nat., Uberlândia**, 25 (2): 291-302, mai/ago/2013.